

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 659 - Brasília, quinta-feira, 26 de março de 1998

## Plenário aprova projeto de proteção a testemunhas

*Proposta prevê a manutenção de nomes sob sigilo judicial e a possibilidade de ajuda financeira do Estado, por até quatro anos, para mudança de cidade e aquisição de nova identidade nos casos de ameaça de morte*



O texto adotado pelo plenário determina que os recursos necessários à prestação de ajuda financeira constarão do Orçamento da União

As testemunhas de crimes poderão adquirir nova identidade e receber ajuda do Estado para mudar de cidade, além de ter os nomes mantidos em sigilo judicial. As inovações estão previstas em projeto aprovado ontem pelo plenário e que seguirá para a Câmara depois de confirmado em turno suplementar. O autor do projeto, senador Júlio Campos, disse que a proteção às testemunhas ajudará a evitar que elas se sintam ameaçadas por criminosos. "Sabemos que existe no Brasil a chamada lei do silêncio", recordou Campos. "O projeto pode mudar tudo isso", previu.

Página 3

NESTA  
EDIÇÃO

### Planos médicos têm audiências

Representantes de entidades ligadas ao setor de saúde participarão de audiências sobre projeto que regulamenta planos médicos.

Página 8

### CCJ vai debater imunidade parlamentar

PÁGINA 6

## CAS cria seguro para domésticas



A Comissão de Assuntos Sociais acolheu ontem voto favorável, em separado, da senadora Benedita da Silva a projeto que prevê a criação do seguro-desemprego para as empregadas domésticas. A proposta será agora analisada pelo plenário. Página 7

# Suassuna vê necessidade de novo modelo na Saúde

Se permanecerem os atuais critérios de definição dos recursos destinados às prioridades de governo e o modelo vigente de saúde pública, "reconhecidamente falido e oneroso", em pouco tempo o país estará às voltas com uma nova "Guerra das Vacinas", advertiu ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele apontou experiências que se organizam nos setores privado e público, destinadas a ampliar o universo de pessoas assistidas, a menores custos.

As chamadas "doenças da pobreza" (malária, tifo, febre amarela, difteria, tuberculose e dengue), endemias que foram erradicadas no início da segunda metade deste século, retornaram e assumiram caráter epidemiológico, alertou Suassuna. A título de exemplo, citou o caso da dengue em seu estado, onde foi registrado, em 1997, o maior número de ocorrências - 50.508 casos. Apenas neste ano, enfatizou, foram feitos 6.779 registros



Suassuna sugere mudanças

da doença, mas o número de pessoas contaminadas pode ser bem maior: dos 179 municípios atingidos, apenas 82 enviaram à secretaria estadual de Saúde os relatórios dos casos registrados.

Na opinião do senador, um novo modelo de saúde deverá solucionar o problema do custo da assistência médica. No setor privado, observou, o Hospital Albert Einstein estuda a implantação de um modelo baseado no trabalho de

prevenção junto a pacientes e suas famílias, realizado por corpo clínico próprio de médicos, segundo informou o articulista Luís Nassif. No setor público, destacou que, a exemplo da experiência pioneira do médico de família desenvolvida pelo Distrito Federal, está em curso um programa conjunto dos ministérios da Educação e da Saúde que objetiva a implantação de 5 mil equipes de assistência familiar até o fim de 98.

O programa busca suprimir as causas da elevação incontrolável dos custos da assistência médica, a partir de ações articuladas dos gestores estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS) com o sistema formador de pessoal para a área, sobretudo universidades e outras instituições de ensino superior - informou. O programa do governo deverá atingir 15 milhões de pessoas e "destina-se a alcançar o mais completo êxito".

■ Leia mais sobre saúde na página 8



Júnia Marise fez um relato sobre a situação da seca em Minas Gerais

## Júnia apela a FHC para socorrer Minas

Tendo em vista a seca que castiga 101 municípios mineiros, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) fez ontem um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que socorra as vítimas. "Está faltando comida na mesa, as pessoas estão morrendo de epidemias, inclusive de dengue, de desnutrição e até de sede. Não podemos deixar que isso aconteça", enfatizou.

Para Júnia, essa situação mostra a omissão das autoridades, e o Vale do Jequitinhonha já está sendo conhecido como "Vale da Pobreza", assim como parte do norte de Minas. "Cerca de um milhão de pessoas estão em estado de calamidade, porque a produção agrícola está devastada em 60, 70% e a pecuária, quase totalmente comprometida. Os proprietários estão vendendo o gado por qualquer preço, antes que as reses morram de fome e sede."

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou já ter apelado, pessoalmente, ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que prometeu liberar recursos orçamentários emergenciais para a seca na Paraíba. "Até acredito que tenha determinado a provi-

dência, mas a burocracia lerda e paquidérmica está impedindo qualquer medida efetiva de socorro. Quando chegarem os recursos, a população já morreu", lamentou.

Como princípio de uma solução para socorrer o Vale do Jequitinhonha, Júnia Marise pediu a imediata aprovação de seu projeto que inclui os municípios da região na área de influência da Sudene, a fim de que possam receber auxílio contra a seca. "O projeto já foi aprovado no Senado e na Câmara e depende apenas da apreciação pelo Senado de uma emenda que recebeu na Câmara, incluindo alguns municípios do estado do Espírito Santo", relatou.

Segundo a senadora, há no Brasil uma situação de *apartheid* social, em que as populações carentes não têm voz. "Cabe a nós, senadores, que dispomos de tribuna, fazer com que esse povo seja ouvido. As previsões de chuva no vale são para novembro e, até lá, as pessoas precisam de auxílio emergencial, na forma de cestas básicas, caminhões-pipas e atendimento médico", afirmou.

## Ronaldo Cunha Lima lança seu sexto livro de poesias

O Livro dos *Tercetos*, sexta obra de autoria do tribunador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), foi lançado ontem no Salão Negro do Congresso. Entre os presentes, estavam o presidente da Câmara, Michel Temer; o ministro da Educação, Paulo Renato Souza; o senador Artur da Távola (PSDB-RJ); o presidente do PMDB, Paes de Andrade; o ex-ministro Jarbas Passarinho, além de outros senadores, deputados, prefeitos, acadêmicos, literatos e amigos do poeta.

Ronaldo destacou que esse livro é diferente dos outros cinco que já escreveu. "São 120 poemas em tercetos, com grande variação de temas, como solidão, saudade, natureza, infância", explicou. Ele estava acompanhado da esposa, Glória, e do



Nova obra de Ronaldo Cunha Lima foi lançada no Salão Negro

filho Savigny.

A obra tem apresentação de Artur da Távola e comentários do presidente da Academia Brasileira de Letras, Antonio Carlos Osório. Ainda esta semana, o se-

nador lançará o livro em Campina Grande e em João Pessoa. O Livro dos *Tercetos* estará brevemente nas livrarias. Ronaldo Cunha Lima informou que já tem material para uma próxima publicação.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

### COMISSÃO

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Relatórios apresentados aos "Projetos de Lei nºs 01, 02 e 03/98 - CN; Relatório às emendas apresentadas ao "Projeto de Decreto Legislativo referentes às contas do presidente da República de 1996; e "Requerimentos de autoria do deputado Paulo Bernardo. Plenário nº 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

www.senado.gov.br



Para os senadores, nova lei pode significar, enfim, o melhor cumprimento da Justiça no Brasil

*Projeto destina verbas do Orçamento da União para que as famílias de pessoas ameaçadas de morte possam mudar de cidade, assumir novas identidades e ter escolta por quatro anos*

## Plenário aprova proteção a testemunhas

O plenário aprovou ontem o projeto de lei que prevê a proteção às vítimas e testemunhas de crimes, inclusive com ajuda financeira para que elas mudem de cidade e assumam novas identidades, desde que estejam com sua vida ameaçada.

O projeto determina que o Orçamento da União terá verbas para esse tipo de apoio financeiro, o qual poderá durar até quatro anos. A pedido das testemunhas ou vítimas, seus nomes serão mantidos em segredo judicial e, durante o processo criminal, elas nunca poderão ser vistas pelo réu ou pessoas a ele ligadas. Se uma pessoa que tiver acesso ao processo revelar o nome das testemunhas ou vítimas poderá ser processada e punida com até dois anos de cadeia.

A proposta aprovada é um substitutivo que o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou

a projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT). O projeto ainda será votado mais uma vez pelos senadores (turno suplementar), sendo encaminhado a seguir para análise dos deputados.

- Sabemos que existe no Brasil a chamada lei do silêncio, pela qual criminosos e suas organizações impõem o silêncio a vítimas e testemunhas por meio de ameaças. Esse verdadeiro poder paralelo que se estabeleceu no país afasta as testemunhas, impedindo que os criminosos sejam punidos. Esse projeto pode mudar tudo isso - defendeu, em plenário, o senador Júlio Campos.

Já o relator e autor do substitutivo, José Fogaça, assinalou que esta é a primeira vez no Brasil que o Estado permitirá a troca de identidade de uma testemunha ou vítima de crime: "Nesse ponto nos aproximamos da legislação de alguns países desenvolvidos".

O projeto estabelece que a pro-

teção se estenderá inclusive aos familiares e afins. A mudança de nome, de cidade e o apoio financeiro serão determinados pelos juizes nas situações mais críticas. A proposta prevê outras medidas de defesa das testemunhas e vítimas, como vigilância e proteção policial e escolta, hospedagem em local seguro e assistência social. Ao fixar o valor da assistência econômica, o juiz levará em consideração as despesas que as testemunhas tinham antes.

Uma outra determinação do projeto é considerada importante para proteção às testemunhas e vítimas: a diligência de reconhecimento do acusado terá de ser feita em local onde seja mantido sigilo das identidades dos protegidos. Acusados e testemunhas ou vítimas devem ficar sempre em salas separadas. Quando uma testemunha ou vítima pedir proteção, seus depoimentos serão tomados com o acusado fora da

sala de audiência.

Durante a discussão da proposta, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) observou que, às vezes, as ameaças às testemunhas são feitas durante a própria diligência de reconhecimento do acusado. Para ele, pela inexistência de proteção efetiva de vítimas e testemunhas, essas pessoas costumam ter suas vidas transtornadas e desestabilizadas, tal o medo das ameaças que recebem.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) acha que só com a proteção de testemunhas e vítimas será possível "praticar justiça de fato". Ramez Tebet (PMDB-MS) frisou que as ameaças às testemunhas são mais comuns nos crimes que envolvem drogas e lavagem de dinheiro. Já Odacir Soares (PTB-RO) lembrou que o Senado vem aprovando, nos últimos tempos, projetos que aperfeiçoam o combate ao crime organizado.



Romeu Tuma, presidente da CRE: nomes vão ao plenário

Leonel Paiva teve mais dois pareceres aprovados: um, sobre acordo concluído em 9 de março de 1995, que estabelece a criação da Organização para o Desenvolvimento de Energia na Península Coreana, que já foi referendado pelos governos dos Estados Unidos, Japão e Coreia, e tem o objetivo de proporcionar a este país asiático financiamento e fornecimento de um reator a água leve; e

outro sobre o texto do protocolo adicional do acordo de cooperação financeira, assinado em 26 de maio de 1997, entre o Brasil e a Alemanha. O documento isenta a Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb), sediada em São Paulo, do pagamento de impostos na importação de equipamentos destinados à implantação do projeto de monitoramento da qualidade das águas do rio Tietê.

## Renovada concessão da TV Alterosa

A TV Alterosa, afiliada do SBT, que chega a 751 municípios de Minas Gerais, poderá funcionar por mais 15 anos. A renovação da concessão foi aprovada ontem pelo plenário do Senado, com parecer favorável da relatora do projeto, senadora Regina Assumpção (PTB-MG).

Durante a votação, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que a TV Alterosa planeja chegar a todos os 853 municípios mineiros até junho próximo, atingindo uma população de aproximadamente 16,5 milhões de pessoas. "A TV Alterosa, que opera há 36 anos, se identifica plenamente com o sentimento, a alma e a vontade dos mineiros", expressou Francelino Pereira.

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) assinalou que a TV Alterosa "sempre trabalhou com competência, seriedade, e busca democratizar as informações".

Os senadores também aprovaram ontem a renovação das concessões de três emissoras de rádio. Poderão funcionar por mais 10 anos a Difusora de Londrina (PR), a Capixaba, de Vitória (ES), e a Fundação São Vicente, de Araucária (PR). As renovações tiveram pareceres favoráveis da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e do senador Esperidião Amin (PPB-SC).

## Africanos fazem visita a Benedita

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) recebeu ontem de manhã uma delegação de deputadas e juristas de Moçambique, que se encontra em visita ao Brasil em busca de um intercâmbio entre os dois países. A delegação - composta de três deputadas, um deputado, uma jurista, uma jornalista e uma representante de uma organização não-governamental (ONG) internacional - atua em favor de uma maior participação feminina na sociedade daquele país africano.

Benedita, que lembrou já haver participado em Moçambique de seminário sobre o acordo ortográfico entre os países de língua portuguesa, ressaltou a importância de intercâmbios nos campos legislativo, econômico e cultural entre o Brasil e os países africanos no sentido de se estabelecerem metas recíprocas de desenvolvimento.

## CRE aceita indicação de dois novos embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em reunião presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), aprovou ontem, por unanimidade, parecer do relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM) - representado na reunião pelo senador José Agripino (PFL-RN) -, favorável à mensagem presidencial, indicando o diplomata Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães para o cargo de embaixador do Brasil na Noruega e na Islândia.

Também obteve aprovação unânime parecer do senador

Artur da Távola (PSDB-RJ) favorável à indicação de Sérgio Henrique Nabuco de Castro para embaixador na Jordânia. As duas mensagens serão encaminhadas à apreciação do plenário do Senado.

Na mesma reunião, a CRE também aprovou parecer do senador Leonel Paiva (PFL-DF) favorável ao texto do Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Coreia, celebrado em Brasília no dia 1º de setembro de 1995. Pelo acordo, os dois países se comprometem a manter efetiva cooperação na prevenção e repressão ao crime.

## HOMENAGEM

## Senado lembra centenário de Prestes

*O Senado Federal comemorou ontem o centenário de nascimento de Luís Carlos Prestes, estrategista e militar, senador da República e líder comunista brasileiro, que marcou com sua presença décadas de nossa História. A iniciativa partiu do senador Roberto Freire, que discursou juntamente com Benedita da Silva e Leomar Quintanilha.*

*A homenagem contou com a presença da viúva de Prestes, D. Maria do Carmo, sua filha Ermelinda e seu filho Luís Carlos Prestes Filho, bem como de familiares e amigos do líder político, como o presidente do PPS, Salomão Malina. Ao final, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, associou-se, em nome da Mesa, à homenagem.*



A viúva de Prestes, D. Maria do Carmo, assistiu às homenagens ao lado do presidente do PPS, Salomão Malina

## Freire destaca vida de luta e coerência política

"Apesar dos esforços feitos para diminuir a importância da participação de Luís Carlos Prestes na vida nacional, à medida que o tempo se distancia de sua época fica clara sua ação decisiva em favor da democracia, das transformações sociais, da soberania nacional e dos direitos dos trabalhadores", disse ontem o senador Roberto Freire (PPS-PE), ressaltando o idealismo do líder comunista, sua coerência política e identidade com a causa dos deserdados.

Para Freire, hoje se tenta identificar Prestes como líder de uma Intentona Comunista de 1935, movimento isolado e malogrado da História do Brasil. "Nada mais falso. Ele é o expoente do Movimento Tenentista que, desde a década de 20, em rebeliões sucessivas, buscou a superação do atraso político e a modernização nacional contra a Velha República de concha-

vos e nomeações políticas. A Coluna Prestes, marcha de 35 mil quilômetros, é o símbolo de sua revolta com a forma como se governava o Brasil."

Freire lembrou que Prestes, nos escassos dois anos em que exerceu mandato de senador (1946/47), defendeu uma agenda de lutas que continuam presentes até hoje. "Mudanças estruturais, moralização do Orçamento, reforma agrária, combate à miséria e ao desemprego, essas continuam sendo as bandeiras dos verdadeiros socialistas e democratas brasileiros. Por esses objetivos Prestes teve uma vida de privações, na clandestinidade e na prisão, exilado e perseguido."

O senador pernambucano fez um longo relato da vida turbulenta de Prestes para concluir que "é simplista defini-lo como símbolo da derrota da verdadeira revolução no Brasil. Ele não liderou nenhum governo, mas



Freire: bandeiras permanecem

ajudou a operar esta revolução no século que ora se encerra. Nos dias de hoje, revolução deixou de ser "um assalto ao céu, de armas na mão, para se tornar um processo multifacético de ações organizadas dos variados setores sociais provocando mudanças e conquistas políticas,

econômicas e sociais", enfatizou.

Para Freire, o Brasil precisa rever a biografia de Prestes e explicar melhor episódios como seu apoio a Getúlio Vargas por ocasião do Estado Novo. "Ele nunca aceitou a Ditadura, mas ficou politicamente ao seu lado, por acreditar que Vargas levaria adiante sua promessa de convocar uma Assembléia Constituinte com eleições livres e diretas. A Constituição que acabou valendo foi a tristemente conhecida como "Polaca". É claro que ele não acertou sempre. Tenho que reconhecer que os comunistas tiveram uma posição equivocada contra Vargas, durante seu governo constitucional que terminou com seu suicídio em 1954.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o seu estado pode se orgulhar de ser o solo pátrio de uma figura gigante como Prestes.

"Não preciso me identificar com suas idéias comunistas para respeitar e homenagear um líder que sempre colocou os interesses do país acima de questões pessoais. E louvar sua coerência política, que o levou a ter uma vida de sacrifícios sem jamais deixar de defender as mesmas idéias", disse.

Para Bernardo Cabral (PFL-AM), "os idealistas nunca alcançam o reconhecimento de seus contemporâneos, mas a História termina por lhes fazer justiça". O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a atualidade dos ideais comunistas de Prestes e seus seguidores. "Hoje, mesmo as nações ricas e capitalistas do mundo reconhecem ser a atual sociedade muito injusta. O ideal seria dar, a cada um, não de acordo com sua capacidade, mas de acordo com sua necessidade", observou.

## HOMENAGEM

## Benedita: exemplo de coragem



Benedita elogia princípios

"A passagem de Luís Carlos Prestes na História de nosso país não foi em vão e seu exemplo vai reforçar, em todos nós, que lutamos para transformar o Brasil numa nação soberana, livre e justa, a coerência, a coragem e a integridade de nossas ações", afirmou ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao discursar durante a homenagem ao centenário de nascimento do revolucionário comunista.

Destacando que "o nome de Prestes está indissolubilmente vinculado à luta pela democracia", Benedita ressaltou também a coragem com que Prestes perseguia seus objetivos e assumia

suas posições. Segundo a senadora, ele não se intimidava diante de nenhuma dificuldade, mesmo tendo que passar 10 anos em solitária, na clandestinidade ou no exílio; manteve a integridade em todos os momentos de sua luta, nunca abrindo mão dos princípios éticos e do seu compromisso inabalável com o socialismo, com os interesses do seu povo e do Brasil.

- Admiro em Prestes a coerência política que sustentou durante toda a sua vida. Num momento em que, lamentavelmente, virou moda abandonar os ideais anteriores, a atitude digna dele parece um anacronismo - disse.

## Quintanilha registra marcha

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) registrou ontem, durante sessão do Senado Federal realizada em homenagem a Luís Carlos Prestes, que a Coluna Prestes também passou pelo estado do Tocantins, na época parte de Goiás, em direção ao Nordeste do país. O primeiro município a ser percorrido foi Arraias, prosseguindo por Natividade e posteriormente Porto Nacional.

- Em Porto Nacional, Prestes e vários daqueles que integraram o Movimento dos Tenentes, entre os quais ilustres figuras da nossa História como Juarez Távora, Antônio Siqueira Campos, Moreira Lima, Miguel Costa, Djalma Dutra e João Alberto, assumiram a impressão do jornal *O Norte de Goiás*, onde refutavam a idéia, difundida pelo governo, de serem os revolucioná-



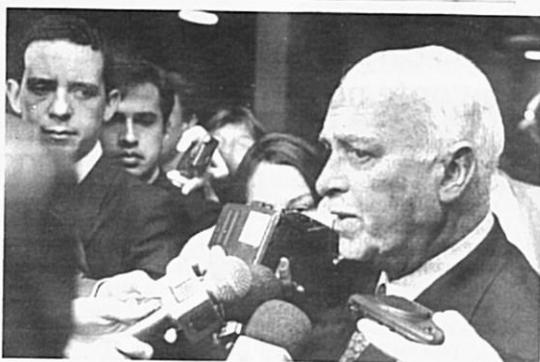
Quintanilha: "Legado valioso"

rios malfeteiros - lembrou Quintanilha.

De lá, os revolucionários seguiram para Tocantínia e Pedro Afonso, por onde ingressaram no Maranhão. Para Leomar Quintanilha, a Coluna Prestes deixou um valioso legado: o sonho de um Brasil melhor. "No rastro de

sua trajetória de lutas, sofrimentos, vitórias e obstinação, ficaram vigorosas sementes do ideário de justiça social, de liberdade e igualdade de direitos que, por certo, inspiraram a luta separatista, culminando com a criação do estado do Tocantins", comentou.

Para homenagear Luís Carlos Prestes, segundo informou Quintanilha, o governo do Tocantins deu o nome do revolucionário a uma das mais importantes rodovias construídas no estado. "Também está sendo concluída a construção, em Palmas, nossa capital, defronte ao Palácio Araguaia, de um belo monumento que abrigará o Memorial Luís Carlos Prestes, que certamente manterá viva na mente do nosso povo, hoje e sempre, a lembrança da coragem, da determinação, do idealismo e do patriotismo desse extraordinário brasileiro", completou.



Para ACM, presidente não pode ficar sujeito a injunções políticas

## FHC tem liberdade para escolher ministros, diz ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem o direito de Fernando Henrique Cardoso de escolher seus ministros com liberdade, argumentando que "o presidente da República não pode ficar sujeito a injunções políticas na escolha de seus auxiliares". Ele negou que haja qualquer "rebelião" no PFL em consequência da indicação do senador José Serra (PSDB-SP) para o Ministério da Saúde.

De acordo com Antonio Carlos, os parlamentares do PFL entenderam que a indicação de Serra altera os critérios técnicos que inicialmente iriam presidir a reforma ministerial em curso. O senador esclareceu que o PFL reivindica a manutenção da proporcionalidade, dentro da qual cabem atualmente ao partido três ministros.

Antonio Carlos reiterou que não houve indicação de nomes por parte do PFL, estando à disposição do presidente da República todos os parlamentares que não vão disputar mandato.

- Mas o presidente tem de governar com o país e não pode ficar subordinado a qualquer agremiação política, seja PMDB, PFL ou qualquer outro - enfatizou.

A eventual mudança de critérios para a recomposição do ministério, insistiu Antonio Carlos, é "um problema do presidente da República". Ele reafirmou

que a preocupação do chefe do governo deve ser com a competência de seus auxiliares ou políticos". O senador negou que tenha se encontrado com Fernando Henrique para tratar desse tema, após seu retorno de Portugal.

## HABITAÇÃO

Antonio Carlos considera a criação de um novo ministério na área da habitação "desnecessária" para o atendimento dos objetivos estabelecidos pelo governo para o setor, e além disso, acredita que neste momento "poderia até soar como destinada a buscar resultados na eleição".

O senador observou, no entanto, que o presidente da República tem plenos poderes para tomar iniciativa nesse sentido, assim como para escolher livremente o nome dos seus ministros, pois "não pode ser prisioneiro de ninguém".

Quanto ao futuro, o senador disse que "o segundo mandato é outra coisa, e o presidente já reafirmou que esses ministros saem em 31 de dezembro; a partir daí, tudo dependerá do resultado da eleição".

- O PFL vai ter uma grande votação para assegurar a governabilidade que o país precisa, como está fazendo hoje. Nós somos a governabilidade - afirmou.

## ACM admira "figura lendária"

Ao se associar em nome da Mesa às homenagens prestadas pelos cem anos de nascimento de Luís Carlos Prestes, o senador Antonio Carlos Magalhães registrou sua admiração pela figura lendária de Prestes e disse que, "evidentemente, questões ideológicas desaparecem quando se trata de uma homenagem a um vulto maior".

- Ninguém lhe pode negar a coerência e a coragem de atitudes - acrescentou.

O presidente do Senado lembrou que Prestes foi eleito e chegou a exercer um mandato parlamentar, "até que uma decisão errônea tomada na época impediu os mandatos dos representantes do Partido Comunista".

O vulto maior em que se transformou Luís Carlos

Prestes começou, na opinião de Antonio Carlos, a ser erigido nos anos 20, a partir dos quais passou a ser uma figura lendária até sua morte.

- Figura maior do Partido Comunista do Brasil, ele sempre foi fiel aos seus ideais, pelos quais lutou e muitas vezes pagou um preço mais alto do que deveria - reiterou.

## TV Senado discute crescimento dos desertos

As causas e consequências da ampliação dos desertos no país, e as medidas de prevenção e recuperação dessas áreas, serão explicadas hoje, na TV Senado, pelo assessor de desertificação do Ministério do Meio Ambiente, Heitor Matallo.

A entrevista será transmitida às 7h, 9h30 e 18h45.

## Aprovados 400 cargos de agente no DF

Com parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), acolheu ontem projeto de lei do Executivo criando 400 cargos de agente penitenciário na Carreira Policial Civil do DF.

A proposição, que depende ainda de deliberação do plenário do Senado, já foi aprovada pela Câmara dos Deputados. O projeto prevê que as vagas serão providas à razão de até 100 cargos por ano.

## Presidente da OAB oferece colaboração

O novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Reginaldo Oscar de Castro, visitou ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Atendendo convite do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da comissão, Castro disse que todos os recursos da OAB estão à disposição do Senado, "para a construção permanente da democracia no Brasil".

## Comissão vai realizar diligências

Por sugestão do senador Esperidião Amin (PPB-SC), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pedirá a manifestação do relator, senador José Bianco (PFL-RO), sobre a constitucionalidade de quatro dispositivos do projeto de lei que trata da alienação de imóveis residenciais de propriedade da União sob a jurisdição administrativa dos ministérios militares.

Também a pedido de Amin, serão feitas diligências junto à Secretaria de Patrimônio da União, vinculada ao Ministério da Fazenda, para que opine sobre o projeto, de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), e sobre o substitutivo apresentado pelo senador Leonel Paiva (PFL-DF).

A matéria foi discutida ontem na comissão pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Romeu Tuma (PFL-SP), Roberto Requião (PMDB-PR), Leonel Paiva e José Roberto Arruda.

As diversas propostas sobre o assunto serão discutidas como item único da próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na quarta-feira

# CCJ vai debater limites para a imunidade parlamentar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai discutir na próxima quarta-feira, como item único da reunião, o fim da imunidade parlamentar nos casos de crimes comuns.

Na pauta da CCJ, há três propostas de emenda constitucional sobre o tema - de autoria dos senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Pedro Simon (PMDB-RS) e Ney Suassuna (PMDB-PB) - que receberam parecer favorável do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), na forma de um substitutivo. Duas outras propostas do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) poderão também ser debatidas se os relatores, senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Josaphat Marinho (PFL-BA), apresentarem seus pareceres. Uma delas trata da imunidade parlamentar e a outra prevê a decretação, pela Mesa da respectiva Casa, da perda de mandato por falta de decoro parlamentar.

A decisão de marcar uma reunião exclusivamente para o exame da questão da imunidade parlamentar foi tomada pelo presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral, a partir de sugestão do senador José Eduardo Dutra (PT-SE). O assunto surgiu durante a discussão, ontem, de outra proposta de emenda constitucional de Ronaldo Cunha Lima, segundo a qual caberá ao Tribunal do Júri julgar todos os crimes dolosos contra a vida, "independentemente de quaisquer privilégios



Na mesa da comissão (D), Tebet, Cabral e Ronaldo. No plenário da CCJ, a decisão de marcar uma nova rodada de discussões sobre a imunidade parlamentar

ou prerrogativas de outro foro". O relator da matéria é o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

Assim que a proposta foi colocada em discussão, Ronaldo Cunha Lima citou seu caso pessoal, sustentando que quer ser julgado sem qualquer privilégio ou prerrogativa. O senador disse que o episódio lhe dói e toca sua sensibilidade, e afirmou que sempre desejou ser julgado para deixar de sofrer "de forma injusta e desumana" determinadas colocações que o magoam.

Ronaldo Cunha Lima explicou que a Assembleia Legislativa negou a licença para que ele fosse processado, e que após a sua eleição para o Senado o Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu o processo, encaminhando-o ao Supremo Tribunal Federal (STF). Afirmou, ainda, que disputou uma eleição majoritária, o que se constituiu em uma oportunidade de a Paraíba julgá-lo, e fez um apelo aos colegas da CCJ para que lhe retirem todo privilégio de foro e prerrogativa de função, a fim de que possa ficar tran-

quilo e ser submetido à Justiça como um cidadão comum.

- Só assim tenho a certeza de que reencontro minha paz. Peço aos meus companheiros a paz. Porque eu mereço a paz - concluiu.

Manifestaram-se sobre a proposta de emenda de Ronaldo Cunha Lima e sobre sua intervenção os senadores Bernardo Cabral, Roberto Requião (PMDB-PR), Roberto Freire (PPS-PE), José Fogaça, José Eduardo Dutra e Pedro Simon.

## Para Requião, "é hipocrisia punir pianista e isentar maestro"

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) definiu ontem como "hipocrisia" a punição do deputado José Borba, acusado de ter fraudado uma votação da Câmara, digitando no painel o voto do deputado Valdomiro Meger. "Por que punir o pianista e não a orquestra toda? Por que indagar o pianista e isentar o maestro e sua flauta sedutora?", questionou Requião.

Referindo-se à "flauta encantada do Alvorada", o senador disse que é possível observar que "o solo de José Borba, embora assíncrono, acompanhava a sedução do Hamelin pala-



Requião critica "flauta do Alvorada"

ciano". Afirmou, também, que Borba votou por Valdomiro Meger porque sabia que sua ausência do plenário poderia significar a retenção de emendas orçamentárias e

nomeações, além de represálias, "pois é com essa batuta que o flautista-maestro comanda a Câmara".

Apontando o presidente da Câmara como um dos principais instrumentistas dessa orquestra, Requião acrescentou que Michel Temer armou o flagrante contra Borba, mesmo tendo alternativas para evitar o crime. Em sua opinião, Temer teria preferido a consumação do delito para, depois, posar para fotografias como campeão da moralidade.

O senador indagou qual a diferença entre o gesto de José Borba e o do ex-deputado Ronivon e

assemelhados acreanos. "Não regia a orquestra o mesmo maestro, não se tocava a mesma e medíocre melodia composta pelo flautista do Alvorada?", perguntou. Na opinião do senador, o inquérito contra Borba representa a tentativa de punir um pianista que é "um fidelíssimo membro da orquestra, sempre atento à batuta do maestro". Concluiu que, mesmo que os dois deputados sejam punidos, "a orquestra continuará tocando a mesma e péssima partitura", e pediu o fim "da hipocrisia e da empulhação".

*Comissão acolhe voto da senadora Benedita da Silva instituindo o benefício. Projeto, originário da Câmara, segue agora para o plenário*

# CAS aprova seguro para empregados domésticos

O trabalhador doméstico poderá também receber o seguro-desemprego. O benefício foi aprovado ontem, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que acolheu voto favorável, em separado, da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) ao projeto de lei da Câmara que institui o seguro-desemprego para o empregado doméstico.

A proposta segue, agora, ao plenário da Casa. A comissão,

presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), rejeitou parecer do relator, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), pelo arquivamento da matéria.

Em seu parecer, Waldeck argumentou que o Senado já havia aprovado matéria similar, de autoria da própria Benedita da Silva, quando deputada federal. Benedita respondeu ao relator que, sem dúvida, já houve manifestação do Senado sobre a matéria,

com aprovação de substitutivo a projeto de autoria dela. Todavia, o projeto retornou à Câmara para o exame das alterações introduzidas pelo Senado e, até o momento, não foi apreciado.

"Ora, o meu parecer acolhido hoje pela CAS, embora de abrangência menor do que está estabelecido no projeto anterior, tem condições de ser aprovado sem alterações no Senado", ressaltou a senadora.



Suplicy: votos favoráveis

## Suplicy diz que sempre apoiou SP

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) contestou afirmações do ex-prefeito Paulo Maluf, que atribuiu a ele e ao senador José Serra (PSDB-SP) a disposição de sempre votar contra o estado de São Paulo. Segundo Maluf, com a ida de Serra para o Ministério da Saúde e a vinda de Pedro Piva (PSDB-SP) para o Senado, o estado passará a ter dois defensores - Piva e Romeu Tuma (PFL-SP).

- Desde o início do meu mandato, em 1991, tenho votado favoravelmente aos pleitos legítimos do estado e do município de São Paulo. Ninguém melhor para atestar tal afirmação que o próprio Maluf - contestou Suplicy.

Como exemplo, o senador afirmou que, em dezembro de 94 e junho de 96, votou a favor dos pedidos do então prefeito Paulo Maluf para que o Senado autorizasse a contratação de empréstimos junto ao BID, para programas de canalização de córregos e verticalização de favelas.

### PRECATÓRIOS

O parlamentar alertou, contudo, contra o desvio de recursos promovido pela prefeitura de São Paulo, desde 1993, mediante o lançamento de títulos para o pagamento de precatórios judiciais. Ele ressaltou que a emissão desses papéis sempre teve seu voto contrário:

- Caso o ex-prefeito Paulo Maluf e o atual Celso Pitta tivessem acatado minhas recomendações, não estariam respondendo a processos judiciais, onde aliás já foram condenados em primeira instância - disse.

O senador paulista declarou que, por defender os interesses da população de São Paulo, não pode concordar com aqueles que elevaram a dívida do município de US\$ 680 milhões, em janeiro de 1993, para US\$ 6,97 bilhões em valores de outubro de 1997. Em sua opinião, isso abalou gravemente a saúde financeira da cidade de São Paulo.

## Projeto estimula o primeiro emprego

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na mesma sessão de ontem, acolheu as duas emendas de plenário oferecidas pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), com uma subemenda da relatora, senadora Emília Fernandes (PDT-RS), ao projeto de lei de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego (Pepe).

O projeto tramita conjuntamente com outro de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-

PA), presidente da CAS, concedendo incentivo tributário ao empregador participante do programa. Conforme

menda, os empregados participantes do programa "deverão ser matriculados em estabelecimentos de ensino público de primeiro grau, ou em cursos e exames supletivos de ensino fundamental, se não tiverem completado a educação fundamental, até a oitava série do primeiro grau". O projeto vai agora à deliberação do plenário.



Emília Fernandes



Osmar Dias

## Sul do Pará reclama da falta de luz

No próximo dia 27, a população dos municípios de Tucumã, São Félix do Araguaia e Ourilândia do Norte promoverá ato de protesto contra o descaso



Ademir Andrade

dos governos federal e estadual em relação à falta de energia elétrica na região sul do Pará. O registro foi feito ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), segundo o qual milhares de pessoas se darão as mãos para criar uma corrente de cerca de 15 quilômetros.

O senador salientou que a região, após esaurir sua riqueza em ouro e madeira, depende da distribuição de energia para se desenvolver. Mas a energia gerada na hidrelétrica de Tucuruí é diretamente distribuída às grandes indústrias produtoras de alumínio, sem levar qualquer benefício aos municípios do sul do Pará.

Conforme Ademir, a bancada federal paraense destinou, através de emenda ao projeto de lei orçamentária para 1997, R\$ 10 milhões para a construção de um linhaô a partir de Tucuruí, mas o governo federal não liberou os recursos. No Orçamento para 1998, a bancada reiterou a doação, "mas a população está decrescente, daí o protesto".

O senador criticou o governador paraense. Para ele, Almir Gabriel só tem-se interessado em agilizar a privatização da Centrais Elétricas do Pará (Celpa), nada fazendo para melhorar, pelo menos, as condições de funcionamento das termelétricas existentes no estado.

## Presidente da Funai fala em audiência pública

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sulivan Silvestre Oliveira, deverá prestar em audiência pública esclarecimentos à Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) sobre as realizações feitas na atual gestão do órgão e seus projetos futuros. Nesse sentido, a comissão aprovou ontem requerimento dos senadores Sebastião Rocha (PDT-AP), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Benedita da Silva (PT-RJ) e Emília Fernandes (PDT-RS).

O objetivo do requerimento é obter informações sobre a implantação de programas de desenvolvimento sustentável nas aldeias

indígenas na região amazônica. Outro questionamento é quanto à participação da Funai na implementação do Projeto Caboclo, que propõe a ocupação alternativa da Amazônia.

O requerimento solicita ainda informações com relação à revisão do decreto que introduz o contraditório nos processos de demarcação de terras, o que tem paralisado os processos, devido ao grande número de contestações na Justiça. Os senadores ouvirão também do presidente da Funai esclarecimentos sobre a retirada de madeireiros, garimpeiros e grileiros das áreas indígenas.

## PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

7h - Entrevista com o assessor especial de desertificação do Ministério do Meio Ambiente, Heitor Matallo, sobre o desmatamento, a salinização e o crescimento das áreas de deserto no Brasil

8h - Debate com o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e o diretor da Divisão de Repressão a Entorpecentes do Ministério da Justiça, Marco Antônio Cavaliheiro, sobre a descriminação da maconha

9h30 - Entrevista com o assessor especial de desertificação do Ministério do Meio Ambiente, Heitor Matallo, sobre o desmatamento, a salinização e o crescimento das áreas de deserto no Brasil

10h - Comissão de Relações Exteriores - indicação do senhor Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães e do senhor Sergio Henrique Nabuco de Castro para as embaixadas do Brasil na Noruega e na Jordânia (gravado)

14h30 - Sessão plenária (vivo)

18h45 - Entrevista com o assessor especial de desertificação do Ministério do Meio Ambiente, Heitor Matallo, sobre o desmatamento, a salinização e o crescimento das áreas de deserto no Brasil

19h30 - Debate com o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e o diretor da Divisão de Repressão a Entorpecentes do Ministério da Justiça, Marco Antônio Cavaliheiro, sobre a descriminação da maconha

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e o diretor da Divisão de Repressão a Entorpecentes do Ministério da Justiça, Marco Antônio Cavaliheiro, sobre a descriminação da maconha

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

### RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30



As regras estabelecidas no substitutivo de Jonas Pinheiro entrarão em vigor seis meses após a publicação da lei

*Projeto que muda a lei de vigilância sanitária, apresentado por Júlio Campos, segue para a Câmara depois de aprovado pela CAS*

## Remédios passarão a ter embalagens lacradas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em caráter terminativo, projeto de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT), alterando a Lei nº 6.360, de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos, cosméticos e outros produtos. Caso não haja recurso de um décimo dos sena-

dores, a proposta segue agora para a Câmara dos Deputados.

De acordo com o substitutivo aprovado, os produtos a que se refere a lei só poderão ser industrializados, expostos à venda ou entregues ao consumo em embalagens lacradas, das quais constem o número do lote e a data da validade, gravados de forma indelével no próprio reci-

piente ou em seu rótulo.

Segundo o relator da matéria, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que apresentou o substitutivo, "o projeto vai reduzir os riscos e aumentar a segurança na utilização de produtos farmacêuticos e de higiene". Foi concedido prazo de seis meses para que as indústrias cumpram as novas determinações.

## Comissão terá audiências sobre planos médicos

Representantes de entidades ligadas à Saúde discutirão em audiências públicas na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) uma proposta de regulamentação dos planos e seguros de saúde. As audiências estão marcadas para terça e quarta-feira próximas (dias 31 e 1º), às 17h.

Conforme o requerimento aprovado ontem pela CAS, de iniciativa do senador Sebastião

Rocha (PDT-AP) - relator de projeto de lei sobre o assunto -, serão convidados para as audiências públicas representantes do governo, dos profissionais de saúde e dos empresários do setor, além de instituições de defesa dos direitos do consumidor.

O propósito de ouvir essas entidades é aprofundar o debate e decidir que projeto aprovaremos e ofereceremos ao Brasil neste momento. Deve ser uma lei que



Rocha quer aprofundar debate permita o equilíbrio das empresas e que, sobretudo, traduza o anseio de todos, através de uma proposta economicamente viável e socialmente justa - informou Sebastião Rocha.

## Lobão lamenta morte de Quintas

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lamentou ontem o falecimento do jornalista Expedito Quintas, que foi diretor de projetos especiais e editor de opinião do jornal *Correio Braziliense*. O jornalista também integrou a equipe do senador como assessor técnico.

Lobão disse que as pessoas que conviveram com Expedito sempre lhe reconheceram a correção e o ex-

cepcional valor que imprimiu em todas as suas atividades. Lobão assinou que, "com a sua morte, os que não privaram da sua intimidade terão percebido o sentido de uma vida que valeu a pena ser vivida".

O senador lembrou que Expedito Quintas foi funcionário altamente especializado em matéria orçamentária, na Câmara, onde ocupou a secretaria da Comissão de Orçamento.

## Capital externo na Saúde levará ministros à CCJ

O ex-ministro Adib Jatene, o atual ministro, Carlos Albuquerque, e o futuro ministro da Saúde, senador José Serra, serão convidados para opinar sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à



Simon apresentou requerimento para audiências

saúde. A decisão foi tomada ontem pelos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), acatando requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ainda não foram estabelecidas as datas, mas houve o consenso de que é preciso esperar até que Serra fique a par dos problemas do ministério.

Outro ponto de consenso da CCJ foi a decisão de fazer tramitar em conjunto duas propostas de emenda constitucional e dois projetos de lei que têm o mesmo objetivo: priorizar e acelerar os procedimentos processuais para o

juízo de crimes contra a administração pública. As PECs são de autoria do senador Pedro Simon e os projetos de lei, dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

Para o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), a sugestão para projetos diferentes tramitarem conjuntamente, embora não seja perfeita do ponto de vista regimental, ajuda a "evitar a inflação legislativa, privilegiar a racionalidade e aperfeiçoar a técnica de legislar".

## Alves elogia trajetória de médico sergipano

O senador José Alves (PFL-SE) lamentou ontem a morte do médico urologista Fernando Maynard, por ele definida como uma grande perda para Sergipe, para a medicina e para o ensino médico em Aracaju, onde a universidade federal se encontra em luto oficial. Do plenário, ele enviou a manifestação do seu pesar à viúva e demais familiares do médico.

Segundo o senador, Maynard era diretor do Hospital Universitário de Aracaju e foi pioneiro dos transplantes de rins no Nordeste, realizando com sucesso sua primeira experiência em 1985. Alves disse que a atuação de Maynard tornou-se um marco no desenvolvimento dessa especialidade médica em Sergipe.

Conforme José Alves, a mor-



Alves destaca pioneirismo

te comoveu a sociedade sergipana, especialmente o meio acadêmico e a comunidade médica. Referindo-se a Fernando Maynard como um "profissional e médico competíssimo, homem íntegro, digno e trabalhador", o parlamentar afirmou que este foi um dos mais notáveis médicos sergipanos da atualidade, morto em pleno vigor de sua carreira profissional.



Lobão lembra atuação do jornalista